

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Pregão Eletrônico nº 90050/24

TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.604.122/0001-97, com sede à Av. Jacarandá, n.º 200, Bairro Jaraguá, CEP: 38413-069, na cidade de Uberlândia/MG, vem, por seu Procurador abaixo assinado, oferecer sua **CONTRARRAZÕES** pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I. FATOS

1. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal realizou o Pregão Eletrônico nº 90050/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços informatizados de gestão de frota, com uso de cartões ou dispositivos eletrônicos para controle de abastecimentos e insumos.
2. A empresa TRIVALE, foi regularmente declarada vencedora do certame, após a realização da Prova de Conceito (PoC) na qual comprovou, perante comissão técnica, fiscal, e próprios representantes da Recorrente a capacidade de sua solução em atender integralmente aos requisitos do edital.
3. Inconformada, a empresa PRIME interpôs recurso administrativo tentando infirmar a habilitação da vencedora com base em supostas falhas de demonstração de funcionalidades.

4. Ocorre, porém, que tais alegações colidem frontalmente com os fatos ocorridos e devidamente registrados na Ata da Prova de Conceito.

II. DIREITO

II.1. Da regularidade da prova conceito – Adequação plena da solução Trivale aos requisitos editalícios.

5. A Prova de Conceito realizada em 01 de abril de 2025 seguiu rigorosamente os parâmetros estabelecidos no Edital e no Termo de Referência. A comissão técnica, composta por servidores designados, acompanhou a apresentação, sanou dúvidas e, ao final, **atestou expressamente** o atendimento de todos os requisitos.

6. A Ata da PoC registra que:

- A empresa TRIVALE demonstrou “exaustivamente todos os tópicos previstos no item 9.3 do edital”;
- Todas as funcionalidades exigidas foram percorridas ponto a ponto;
- Dúvidas da **Recorrente**, a licitante PRIME, foram acolhidas ao final e devidamente esclarecidas;
- A comissão declarou-se satisfeita com as respostas apresentadas e informou que o sistema demonstrado atende ao solicitado;
- Importante salientar que a própria empresa PRIME, ora Recorrente, assinou a Ata da Prova de Conceito, **sem apresentar qualquer ressalva** quanto ao suposto não atendimento de requisitos por parte da TRIVALE, o que reforça a lisura do procedimento e a adequação da solução apresentada.

7. Trata-se, portanto, de manifesta tentativa da Recorrente de reverter o resultado do certame com base em inconformismo, e não em fatos idôneos ou vícios reais do procedimento.

II.2. Do Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

8. A atuação da Comissão Técnica foi pautada pelos estritos limites do edital. O cumprimento das exigências foi fiscalizado item a item, inclusive com pausas e reapresentações do sistema para demonstrar funções específicas, como o cadastramento de placas veladas.

9. A vinculação ao instrumento convocatório é princípio basilar do processo licitatório. A comissão agiu de forma diligente, observando com fidelidade os parâmetros técnicos exigidos.

10. Ademais, as razões recursais apresentadas pela Recorrente não merecem acolhida, pois partem de uma interpretação equivocada e unilateral do procedimento adotado por este Pregoeiro e da Comissão Técnica, cujas condutas pautaram-se de forma irrepreensível no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

11. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a licitação deve ser processada e julgada estritamente conforme as regras estabelecidas no edital. Trata-se de comando que consagra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual garante segurança jurídica, previsibilidade e isonomia entre os licitantes.

12. No presente caso, todas as decisões do Pregoeiro e da Comissão – inclusive a ora impugnada – foram adotadas com base nas disposições expressas do edital, sem qualquer desvio, interpretação ampliativa ou inovação. **O edital previa de forma clara os critérios de habilitação, julgamento e apresentação de propostas, e foi justamente com base nessas regras que se deu a PoC.**

13. O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente decidido que a vinculação ao edital é obrigatória para a Administração Pública, sendo vedado ao gestor subjetivar exigências (o que tenta fazer a PRIME) em desconformidade com o edital. Veja-se:

a principal lição do princípio da vinculação ao instrumento convocatório é impedir que a licitação seja decidida sob o **influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou propósitos pessoais dos**

membros da comissão julgadora ou até mesmo de licitantes que queiram 'alterar as regras do jogo' posteriormente ao público andamento do procedimento;
(TCU, Acórdão nº 2036/2022 – Plenário)

14. Ao decidir nos estritos limites do edital, o Pregoeiro não apenas atuou corretamente, como cumpriu sua obrigação legal. Pretender que se afaste da literalidade das regras estabelecidas no instrumento convocatório seria, em verdade, afrontar o princípio da legalidade e coloca em risco a própria lisura do certame.

15. Dessa forma, requer-se o não provimento do recurso, mantendo-se a decisão que observou com exatidão os comandos editalícios e os princípios que regem a matéria pois **a homologação da TRIVALE é resultado direto da comprovação fática de capacidade, reconhecida por autoridade competente, não havendo qualquer vício a ser reconhecido.**

II.4. Da legitimidade dos atos administrativos praticados

16. Ainda há de se observar que os atos da Comissão gozam de presunção de legitimidade e veracidade. **A Ata da PoC é documento oficial, subscrito por servidores investidos de competência legal para avaliar as soluções apresentadas. Nenhuma prova concreta foi colacionada pela Recorrente que infirme esse relato.**

17. A tentativa de reinterpretação de eventos devidamente registrados é ilegítima e evidencia a ausência de fundamento material no recurso.

18. Os atos praticados pelo Pregoeiro e pela Comissão de Avaliação gozam da presunção de legalidade, legitimidade e veracidade, conforme amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência. **Tal presunção impõe ao recorrente o ônus de demonstrar, de forma clara e inequívoca, eventual ilegalidade ou vício capaz de macular o ato impugnado – o que, no presente caso, manifestamente não ocorreu.**

19. A atuação do Pregoeiro e da Comissão, ao conduzir o certame e proferir decisão fundamentada sobre a habilitação, a classificação das propostas e o julgamento do

recurso, está amparada por essa presunção e deve ser prestigiada, sobretudo quando observados os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF/88).

20. Ademais, é entendimento consolidado que a presunção de legalidade dos atos administrativos somente pode ser afastada mediante prova robusta e incontroversa em sentido contrário, **não se prestando meras alegações genéricas ou interpretações subjetivas como fundamentos suficientes para sua desconstituição:**

(...)

Ademais, gozam os atos administrativos de presunção de veracidade, **cabendo a quem os contesta o dever de apresentar prova inequívoca da ilicitude alegada**, tarefa da qual, neste caso, não se desincumbiu o impetrante.

(STJ, RMS 46006 MG 2014/0171304-9)

21. Assim, diante da ausência de qualquer prova concreta de irregularidade, deve prevalecer a validade do ato administrativo praticado no bojo do procedimento licitatório, afastando-se qualquer pretensão de nulidade baseada em alegações infundadas e destituídas de amparo probatório engendradas pela PRIME.

22. A decisão do Pregoeiro merece ser integralmente mantida, uma vez que se coaduna com os princípios que regem o procedimento licitatório, em especial o da instrumentalidade das formas e o da eficiência administrativa.

II.3. Do formalismo excessivo e da ausência de prejuízo.

23. Ainda que tudo não fosse suficiente para manter a decisão do Pregoeiro e da Comissão, no âmbito dos pregões, especialmente, tem-se reconhecido que o excesso de formalismo constitui prática incompatível com os objetivos da Administração Pública, **os quais visam à obtenção da proposta mais vantajosa de forma célere, simplificada e desburocratizada.**

24. A jurisprudência, de forma reiterada, tem rechaçado condutas que priorizem o apego a formalidades em detrimento da finalidade do certame, **especialmente quando não há demonstração de prejuízo à ampla competitividade, à isonomia entre os licitantes ou à seleção da proposta mais vantajosa:**

O formalismo moderado deve nortear os procedimentos licitatórios, **sendo inaceitável a desclassificação de propostas ou inabilitação de licitantes por meros erros formais que não comprometam o conteúdo ou a finalidade do ato administrativo.**

(TCU, Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário)

25. Nesse contexto, ainda que houvesse eventuais pequenos equívocos na solução apresentada pela Recorrida, **o que admitimos tendo em vista apenas o princípio da eventualidade**, a conduta do Pregoeiro e da Comissão revelaria-se acertada e em plena consonância com o interesse público, ao afastar argumentos meramente formais, despidos de qualquer indício de prejuízo concreto.

26. A tentativa de desclassificação da Recorrida com base em formalismos exacerbados configura verdadeira afronta ao princípio da razoabilidade e, se acolhida, resultará em indevido retrocesso da lógica moderna das contratações públicas.

27. **O recurso da PRIME busca invalidar o resultado do certame com base em interpretações unilaterais e excessivamente formalistas, que não apontam prejuízo concreto à Administração Pública. Ao contrário, as tentativas de desqualificação se fundam em exigências não previstas no edital ou em compreensões subjetivas da Recorrente.**

28. A jurisprudência é firme no sentido de que meras falhas formais ou alegadas omissões sem prejuízo à isonomia ou ao interesse público não ensejam desclassificação de propostas regularmente habilitadas.

II.5. Do caráter manifestamente protelatório do recurso – Pedido de aplicação de penalidade.

29. O recurso apresentado pela PRIME é claramente infundado **e principalmente destituído de boa-fé processual**, configurando manifesta tentativa de protelar o regular desfecho do certame.

30. A atuação da empresa PRIME no presente certame revela conduta manifestamente contraditória, configurando má-fé processual e clara intenção de tumultuar o regular andamento da licitação.

31. **Durante a fase de avaliação técnica, a Recorrente participou ativamente da PoC, ocasião em que assinou a respectiva ata, nela constando expressamente que todos os pontos técnicos foram devidamente esclarecidos, comprovados e exaustivamente demonstrados aos presentes.**

32. Apesar disso, **de forma absolutamente oportunista e dissociada da boa-fé que deve nortear a atuação de todos os licitantes,** a PRIME intenta recurso administrativo com base em questionamentos que já havia anteriormente reconhecido como sanados, numa tentativa artificial de reabrir discussão técnica superada, com o único objetivo de criar embaraços e atrasos no andamento do procedimento.

33. **Tal conduta representa grave afronta ao princípio da boa-fé objetiva,** que rege não apenas as relações privadas, mas também os procedimentos administrativos, conforme previsão expressa no art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei serão observados, entre outros, os princípios: (...)
V – da boa-fé.

34. A jurisprudência é firme ao reconhecer que a conduta contraditória e temerária de licitantes pode – e deve – ser sancionada pela Administração, especialmente quando comprovado o intuito de comprometer a lisura ou a eficiência do processo.

35. Frisa-se que o abuso do direito de recorrer, especialmente quando pautado por má-fé ou contradição flagrante com a conduta anterior do licitante, caracteriza tentativa de burla ao procedimento licitatório e autoriza a aplicação de penalidades administrativas, conforme remansosa jurisprudência do TCU.

36. No caso concreto, a PRIME:

i) participou da apresentação técnica promovida pela empresa vencedora;

ii) assinou ata declarando expressamente que todos os elementos técnicos estavam satisfatoriamente demonstrados;

iii) e, ainda assim, interpôs recurso questionando os mesmos aspectos que antes havia reconhecido como comprovados.

37. Essa sequência de atos configura litigância temerária em sede administrativa, incompatível com o dever de lealdade para com a Administração Pública.

38. A ausência de penalização, além de estimular comportamentos semelhantes em certames futuros, compromete a própria autoridade do procedimento conduzido.

39. Nesse contexto, fica evidenciada a necessidade de exemplar aplicação de penalidade à empresa PRIME, como forma de salvaguardar a integridade do certame, prestigiar a conduta proba dos demais participantes e assegurar a supremacia do interesse público sobre expedientes protelatórios e maliciosos.

40. A Lei nº 14.133/2021 é expressa ao prever a possibilidade de aplicação de sanção ao licitante que apresentar recurso com intuito manifestamente protelatório:

Art. 155. Será responsabilizado, nos termos desta Lei, o licitante ou o contratado que:
VI – apresentar impugnação, pedido de esclarecimento ou recurso com intuito manifestamente protelatório.

41. Dessa forma, requer-se a aplicação da penalidade cabível, com fulcro nos arts. 155, VI, e 156 da Lei de Licitações, como forma de coibir a litigância abusiva e garantir o andamento ágil e eficaz do certame.

III. DOS PEDIDOS

42. Diante do exposto, requer-se a Vossa Senhoria:

- A. O não provimento do Recurso Administrativo interposto pela PRIME;
- B. A manutenção da habilitação da TRIVALE, como vencedora do certame;
- C. O regular prosseguimento do certame até a assinatura do contrato;

- D. A aplicação de penalidade à empresa PRIME, nos termos dos arts. 155, VI, e 156 da Lei nº 14.133/2021, por apresentar recurso manifestamente protelatório.
- E. Por fim, requer que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail mercadopublico@romanodonadel.com.br com cópia para o e-mail licitacoes@valecard.com.br e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Avenida dos Vinhedos, 200, Ed. Gávea Office, conjunto 04, Bairro Morada da Colina, Uberlândia-MG, CEP 38.411-159.

Nestes termos, aguarda deferimento.

Uberlândia/MG, 16 de abril de 2025.

TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.



TapuiRAMA Cartório de Paz e Notas

Praça Said Jorge nº 105 - Centro - Distrito de TapuiRAMA - MG - CEP: 38.439-600 - Fone (34) 3244-1173

Oficial/Tabelião - José Roberto de Fátima Rangel

MUNICÍPIO E COMARCA DE UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS

LIVRO: 036-P


FOLHA: 174

PROCURAÇÃO bastante que faz(em): TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA à LUCAS BONFIM BARBOSA e OUTRO(A,S), na forma abaixo declarada:

Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem que ao(s) 16 (dezesseis) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), neste Cartório de Paz e Notas, situado no Distrito de TapuiRAMA, Município e Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, à Praça Said Jorge, nº. 105, Centro, endereço(s) eletrônico(s): cartorio.tapui@hotmail.com, compareceu(ram) como **outorgante(s): TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**, com sede e foro em Uberlândia - MG, à Avenida Jacaranda, nº. 200, Bairro: Jaragua, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.604.122/0001-97, com seu contrato de constituição registrado na JUCEMG (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais), sob o NIRE: 3120465026-2, neste ato representada por seu Diretor Presidente: **CAIO AUGUSTO FARIA PAJARO**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI: MG-13.343.123 PC/MG, CPF: 086.668.356-99, nascido em 05/12/1987, natural de Uberlândia - MG, filho de Egton de Oliveira Pajaro Júnior e Tania Aparecida Faria Pajaro, com endereço comercial na Avenida Jacarandá, nº. 200, Bairro Jaraguá, Uberlândia - MG; e, por seu Diretor Administrativo/Financeiro: **SIMONIO FREITA DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado, portador da CNH nº. de Registro: 02473728967 DETRAN/MG (onde consta o documento CI: M-7.934.672 SSP/MG), CPF: 004.991.726-98, nascido em 19/07/1976, filho de Osvaldino Freitas da Silva e Maria Luzia de Freitas, com endereço comercial na Avenida Jacarandá, nº. 200, Bairro Jaraguá, Uberlândia - MG. Reconhecido(a,s) como sendo o(a,s) próprio(a,s) e identificado(a,s) por mim, face aos documentos de identidade apresentados, cuja capacidade, reconheço e dou fé. E por este público instrumento, e na melhor forma de direito, o(a,s) outorgante(s), disse(ram)-me que, constitui(em) e nomeia(m) como seu(ua,s) bastante(s) **procurador(a,es): LUCAS BONFIM BARBOSA**, brasileiro, casado, diretor de mercado público, portador da CNH nº. de Registro: 03240540500 DETRAN/MG (onde consta o documento CI: MG 13.106-646 SSP/MG), CPF: 064.182.276-62, nascido em 11/04/1985, natural de Uberlândia - MG, filho de Sônia Valeria Bonfim Barbosa e Sérgio Rodrigues Barbosa, com endereço comercial à Avenida Jacarandá, nº. 200, Bairro: Jaraguá, Uberlândia - MG; **FERNANDO TANNÚS NARDUCHI**, brasileiro, casado, gerente de mercado público, portador da CNH nº. de Registro: 00407765202 DETRAN/MG (onde consta o documento CI: M-9.198.484 SSP/MG), CPF: 848.928.626.-49, nascido em 02/08/1980, natural de Uberlândia - MG, filho de Anamélia Borges Tannús Narduchi e Mário Jesus Narduchi Filho, com endereço comercial à Avenida Jacarandá, nº. 200, Bairro: Jaraguá, Uberlândia - MG; **VITOR FLORES DE DEUS**, brasileiro, solteiro, maior, especialista de mercado público, portador da CNH nº. de Registro: 06007660487 DETRAN/MG (onde consta o documento: MG-16.254.081 SSP/MG) CPF: 099.822.686-60, nascido em 14/11/1990, filho de Marcia Godoi de Deus Santos e Simar Flores dos Santos, endereço comercial à Avenida Jacarandá, nº. 200, Bairro: Jaraguá, Uberlândia - MG; ficando o(a,s) outorgado(a,s) procurador(a,es), com amplos e ilimitados poderes para participar de toda e qualquer licitação, poderes para solicitar edital, participarem do certame, assinar documentos de habilitação e propostas comerciais, formular ofertas e lances, negociar preços, declarar intenção de interpor recursos, assinar contratos e aditivos, apresentar representação (denúncia) no Tribunal de Contas do Estado em todo Território Nacional, ou Tribunal de Contas da União e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, **sendo vedado substabelecer. Os outorgados poderão agir em conjunto ou separadamente independente da assinatura do outro. Procuração esta que terá validade até 31/12/2025 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco).** **CERTIFICO** que esclarecesse a(o,s) outorgante(s), que o presente só terá validade com a apresentação dos documentos que comprovem a titularidade de posse, domínio, direito e ação. Deve a prova de estas declarações serem exigidas diretamente pelos órgãos e pessoas a quem este interessar. **DECLARAÇÃO(ÕES) FINAL(AIS):** declara(m) ainda o(a,s) outorgante(s) que em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados: a) - submete(m) seus dados pessoais voluntariamente; b) - está(ão) ciente(s) de que referidos dados serão fornecidos aos sistemas de alimentação obrigatória, tais como: DOI, CENSEC e similares, por imposições normativas; e, c) - está(ão) ciente(s) de que, dado o caráter público dos atos notariais, poderá ser fornecida certidão desta escritura a terceiros, caso solicitado. Assim o disse(ram) do que lhe dou fé, digitei-lhe(s) este instrumento que lhe sendo lido, achou(aram) em tudo e conforme aceita(m), outorga(m) e assina(m), dou fé.. Eu, Bel. Jefferson Resende Rangel, Tabelião Substituto, que a digitei subscrevo e assino. Dou fé. **Tabela de Emolumentos:** Ato: 1458, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 151,54. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 47,63. Valor do ISS: R\$ 3,03. Total: R\$ 202,20. Ato: 8101, quantidade Ato: 51. Emolumentos: R\$ 475,32. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 148,92. Valor do ISS: R\$ 9,69. Total: R\$ 633,93. . Valor Total dos Emolumentos: R\$ 626,86. Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 196,55. Valor Total do ISS: R\$ 12,72. **Valor Total Final ao Usuário: R\$ 836,13.** Eu, Bel. Vagner Ferreira Fagundes, Escrevente Autorizado, que a digitei, subscrevo e assino. **a.a) - CAIO AUGUSTO FARIA PAJARO e SIMONIO FREITA DA SILVA** (ambos representando

STITUIÇÃO
tº da v

_____, da verdade.



Bel. Jefferson Resende Rangel –
Tabelião Substituto –



Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2277234998

NOME
VITOR FLORES DE DEUS



DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
MG16254081 SSP MG

CPF
099.822.686-60

DATA NASCIMENTO
14/11/1990

FILIAÇÃO
SIMAR FLORES DOS SANTOS
MARCIA GODOI DE DEUS SANTOS

PERMISSÃO
A

ACC
A

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06007660487

VALIDADE
22/09/2025

1ª HABILITAÇÃO
20/02/2014

2277234998

OBSERVAÇÕES



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
UBERLÂNDIA, MG

DATA EMISSÃO
29/10/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

00470041446
MG581131967

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN